

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**Operação Estatística – Estatísticas dos processos do Tribunal de Contas**

**Código: 482**

**Versão: 1.0**

Março de 2010

## INTRODUÇÃO

A operação estatística relativa aos processos do Tribunal de Contas tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre processos nesta entidade notadora.

Esta operação estatística iniciou-se em 1983, altura em que o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) foi constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça, assumindo a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes, neste caso concreto, à informação sobre processos no referido Tribunal.

## **I - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### **1. Código/Versão/Data**

482 / 1.0

### **2. Código SIGINE**

Não aplicável

### **3. Designação**

Estatísticas dos processos do Tribunal de Contas.

### **4. Actividade Estatística**

40 – Justiça

401 – Estatísticas Jurisdicionais

369 – Estatísticas dos processos do Tribunal de Contas.

### **5. Objectivos**

Esta operação estatística visa recolher informação sobre processos no Tribunal de Contas, nomeadamente sobre:

- Movimento de processos;
- Pareceres, auditorias, verificação de contas, efectivação de responsabilidade financeira e multas e relevações de responsabilidade.

### **6. Descrição**

A operação estatística caracteriza-se por ter periodicidade anual; ser um recenseamento; ter âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; a recolha processa-se através da utilização de questionário electrónico -Word; a unidade estatística de observação é o Tribunal de Contas.

### **7. Entidade Responsável**

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

## **8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades**

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

## **9. Financiamento**

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das dotações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

## **10. Enquadramento Legal**

Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

## **11. Obrigatoriedade de resposta**

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

## **12. Tipo de Operação Estatística**

Recenseamento.

## **13. Tipo de Fonte(s) de Informação**

Directa.

## **14. Periodicidade de realização da operação**

Anual.

## **15. Âmbito Geográfico**

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

## **16. Utilizadores da Informação**

**Internos** (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

**Nacionais:**

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

**17. Data de início/Fim**

1983 – Início da recolha de dados sobre processos do Tribunal de Contas, através de inquéritos em suporte papel;

**18. Produtos**

**Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação:** A disponibilização da informação anual ocorre até 5 meses (150 dias) após a data de referência dos dados;

**Designação:** Estatísticas dos Processos do Tribunal de Contas.

**Tipo de Produto:** Quadros pré-definidos.

**Periodicidade de disponibilização:** Anual.

**Nível Geográfico:** País.

**Tipo de disponibilização:** Não sujeito a tarificação.

**Utilizadores:** Todos os referidos no ponto 16.

**II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA**

**19. População**

O universo coincide com o universo de referência (Tribunal de Contas).

**20. Base de Amostragem**

Ficheiro da unidade de observação (Tribunal de Contas) disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ).

## **21. Unidade(s) Amostrais**

Tribunal de Contas.

## **22. Unidade(s) de Observação**

Tribunal de Contas.

## **23. Desenho da Amostra**

Não aplicável

## **24. Desenho do Questionário**

Esta operação estatística é reportada em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, pelo GEPMJ e também por parte da entidade informadora.

## **25. Recolha de Dados**

**Período de Referência dos Dados:** Ano  $n$ ;

**Período de Recolha**( Transmissão de dados): Ano  $n+1$ ;

**Data de Expedição:** Não aplicável;

**Contacto Inicial:** Não aplicável;

**Método de Recolha:** De 1983 a 2003: questionário em papel – Via postal. Desde 2004 por questionário electrónico (Word).

**Insistências/Tratamento de Recusas:** as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

**Critério utilizado para fecho do inquérito:** Obtenção da resposta por parte do respondente.

**Possibilidade ou não de inquiridos Proxy:** Não aplicável;

**Utilização de incentivos:** Não aplicável;

**Disponibilização de apoio aos respondentes:** Manual de preenchimento no formulário.

**Formação aos entrevistadores:** Não aplicável

### **Captura dos dados**

**Entrada de Dados:** Recolha electrónica através de mapas pré-formatados idênticos ao questionário em papel.

**Codificação:** Manual

**Software Utilizado:**

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

Microsoft Excel e Adobe Acrobat

**26. Tratamento dos dados**

Os dados são enviados pela entidade notadora através de questionário electrónico (Word - idêntico ao formulário em papel), sendo depois preparados e validados pela DGPJ, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico, sinais convencionais, bem como a avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. Findo este processo, os dados são convertidos em formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

**27. Tratamento de não respostas**

Não se aplica tratamento de não-respostas. Pretende-se obter a resposta da entidade inquirida.

**28. Estimação e obtenção de resultados**

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística.

**29. Séries Temporais**

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

**30. Confidencialidade dos dados**

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

**31. Avaliação da Qualidade Estatística**

Precisão: Não aplicável.

Coerência e compatibilidade: Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na aplicação de regras de validação quando da recolha dos dados e na comparação relativa a períodos anteriores.

**32. Recomendações Nacionais e Internacionais**

Não aplicável;

### **III – CONCEITOS**

**322 – Acórdão.** Decisão proferida por um tribunal colectivo;

**412 – Multa.** Sanção de natureza pecuniária que se destina a punir a prática de um crime, transgressão, contravenção ou infracção disciplinar;

**429 – Processo.** Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e actos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos actos e diligências praticadas no desenvolvimento da acção;

**456 – Recurso ordinário.** Recurso que é interposto antes do trânsito em julgado da decisão.

### **IV – CLASSIFICAÇÕES**

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

### **V – VARIÁVEIS**

#### **33. Variáveis de Observação**

- Processos de visto e tipos de decisão (Sede, SRA e SRM);
- Recursos ordinários de decisões de recusa de visto - movimento processual;
- Pareceres sobre a Conta Geral do Estado, as Contas das Regiões Autónomas e as Contas das Assembleias da República e Legislativas das Regiões Autónomas;
- Auditorias e verificação externa de contas (1ª, 2ª Secções – Sede, SRA e SRM);
- Verificação interna de contas (Sede e Secções Regionais);
- Efectivação de Responsabilidade Financeira (Sede, SRA, SRM);
- Multas e relevações de responsabilidades.

#### **34. Variáveis Derivadas**

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;



### **35. Informação a disponibilizar**

Esta operação estatística visa disponibilizar informação sobre:

- Movimento de processos, pareceres, auditorias, verificação de contas, efectivação de responsabilidade financeira e multas e relevações de responsabilidade no Tribunal de Contas.

## **VI – SUPORTES DE RECOLHA**

### **36. Questionários**

Questionário electrónico.

### **37. Ficheiros**

Não aplicável.

## **VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

GEPMJ – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

## **VIII – BIBLIOGRAFIA**

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>